

TCU firma acordo de cooperação com TCE/PR

Parceria vai agilizar os processos. Cooperação com o Paraná é a primeira firmada no País

Os presidentes do Tribunal de Contas da União, ministro Valmir Campelo, e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conselheiro Henrique Naigeboren, assinaram, no dia 21 de fevereiro, em Curitiba, acordo de cooperação para intensificar a fiscalização da aplicação dos recursos federais repassados em convênios ao Estado e aos municípios.

O acordo de cooperação entre as duas cortes é válido por dois anos. Por ele, o Tribunal de Contas do Estado também poderá fiscalizar a aplicação dos valores pagos por empresas estatais a título de royalties, como é o caso do dinheiro repassado pela Usina de Itaipu a vários municípios do Oeste paranaense.

“O trabalho do Tribunal de Contas do Paraná é um modelo de seriedade e transparência para o País. Por isso, fiz questão de formalizar aqui nossa primeira parceria, que visa uma maior integração e agilidade entre o Tribunal de Contas da União e todos os tribunais estaduais do Brasil”, disse Campelo, depois de assinar o termo de cooperação no gabinete da presidência e na presença de vários conselheiros, diretores e coordenadores do TCE.

O ministro afirmou que o trabalho conjunto vai trazer uma economia processual e financeira, pois evita deslocamentos desnecessários dos técnicos de Brasília para os locais das auditorias. “Também vamos acabar com o problema gerado com as fiscalizações em obras que têm recursos federais e estaduais. A parceria permite um trabalho único e deixa o resultado mais claro para a sociedade”, completou.

Para Henrique Naigeboren, presidente do TCE, o esforço é justificável, principalmente pelo momento difícil que o País atravessa. “Estamos colaborando para o resgate da cidadania, pois, ao aumentar os mecanismos de fiscalização, zelamos pelo bom uso do dinheiro público, tanto na esfera federal, como estadual”, afirmou.

Para que os trabalhos sejam realizados da forma mais ágil, foram incluídas no do-

cumento duas cláusulas que estabelecem a realização de cursos de formação, seminários e maior intercâmbio entre os profissionais dos dois tribunais, além de uma constante troca de informações sobre normas e procedimentos de inspeções e auditorias, assim como a jurisprudência firmada por decisões e julgamentos dos dois colegiados.

O presidente do TCU revelou que no próximo mês vai a Portugal proferir palestra para representantes da Comunidade Européia sobre o trabalho dos tribunais de contas no Brasil. “Com certeza dedicarei um capítulo para contar a importância de parcerias como esta no combate às fraudes com o dinheiro público”.

Pelo acordo, o Tribunal de Contas da União vai manter o Tribunal de Contas do Estado informado constantemente sobre o montante de recursos federais repassados às unidades estaduais e municipais e onde eles estão sendo aplicados, para efeito de auditoria.

Nos trabalhos em conjunto, a supervisão será de um relator do TCU. As auditorias e inspeções feitas exclusivamente por técnicos especializados do TCE serão realizadas sempre por solicitação do tribunal federal.

Em caso de descoberta de irregularidades graves, como desfalques ou desvio de dinheiro, o Tribunal de Contas do Estado poderá pedir ao TCU, por meio do encaminhamento do processo pela Secretaria de Controle Externo do Paraná (Secex/PR), proposta para audiência prévia ou de citação. “Nosso trabalho colabora para diminuir a desigualdade social do País, pois a boa fiscalização evita que os recursos para obras em benefício da população sejam desviados para outras finalidades”, afirmou o ministro Valmir Campelo.

Acompanhado de assessores, o presidente Valmir Campelo visitou também as obras de construção da sede do Banco Central em Curitiba.